



<b>Público</b>  22-03-2019	<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Política
	<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 316 cm <sup>2</sup>
	<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
	<b>Tiragem:</b> 31885	<b>Página (s):</b> 1/16

---

## PCP está contra “policialização” dos políticos e vota contra lei

O PCP discorda da nova entidade fiscalizadora e critica “a policialização da actividade política” p16

## PCP está contra lei da fiscalização dos políticos

**Transparência**  
Sofia Rodrigues

**Bancada comunista  
recusa criação de uma  
nova entidade para a  
“policialização” da  
actividade política**

O PCP vai votar contra a nova lei do regime de exercício de funções dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, por contestar a criação de uma nova entidade fiscalizadora das declarações de rendimentos – uma “policialização da actividade política” – e a elaboração de códigos de conduta por parte de entidades públicas.

A intenção foi ontem transmitida aos jornalistas pelo vice-presidente da bancada comunista, António Filipe, na véspera de a proposta começar a ser votada na especialidade. O PCP discorda da criação de uma nova entidade, junto do Tribunal Constitucional (TC), fiscalizadora das declarações de rendimentos, património e interesses dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, por considerar que “tem funções dispensáveis”, já que é o próprio Ministério Público que pode actuar, se houver alguma irregularidade.

“É criar – a palavra é forte – uma policialização da actividade política”, disse o deputado no Parlamento, referindo que o próprio TC assumiu, num parecer enviado à Assembleia da República, não ter “instalações nem meios humanos e materiais” para acomodar a nova entidade.

Outro dos motivos que levam ao voto contra do PCP, na comissão e em votação final global, tem a ver com a obrigação da aprovação de códigos de conduta por parte de entidades públicas. António Filipe disse admitir esse tipo de códigos no sector privado – e lembrou até que o próprio PCP dispõe de um para os seus eleitos –, mas discorda que as entidades públicas o tenham para dizer o que “dentro da lei os seus titulares podem ou não fazer”.

“Parece paternalismo demagógico”, afirmou o deputado, defendendo que isso a “democracia dispensa bem”, comentou António Filipe.

srodrigues@publico.pt